



FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NEGRA NO BRASIL

Kátia Rubinstein Tavares¹

RESUMO: Este estudo pretende abordar o processo de formação da identidade negra no Brasil, realizando um esforço de compreender as bases históricas e antropológicas que fundamentaram o pensamento social brasileiro. Procuramos sublinhar uma reflexão sobre a importância do que representou a diáspora negra no Brasil, entretanto, o nosso principal objetivo neste trabalho é repensar, além do legado, a dimensão das práticas culturais dos africanos, visando à (re) construção de um espaço em consonância com sua identidade. Ainda, procuramos aprofundar a discussão acerca da mestiçagem, que foi muito bem desenvolvida na obra de Kabengele Munanga, buscando desvelar o que se encontra na base da construção fortemente ideológica do mito da democracia racial, no debate sobre identidade negra no Brasil, especialmente quanto ao pensamento social brasileiro. Essa investigação nos instigou a promover um diálogo com autores de importância seminal, como Mannheim – na qualidade de referência clássica da sociologia do conhecimento –, Bauman e Stuart Hall, ambos teóricos atentos à complexidade dos modos de salvaguardar a identidade cultural na conjuntura pós-moderna.

PALAVRAS-CHAVE: identidade negra; identidade brasileira; diversidade étnica, racismo, mito da democracia racial; ideologia do branqueamento.

ABSTRACT: This study intends to approach the formation process of black identity in Brazil, trying to understand the historical and anthropological bases that founded Brazilian social thought. We try to underline a reflection on the importance of what the black diaspora represented in Brazil, however, our main objective in this work is to rethink, besides the legacy, the dimension of the cultural practices of Africans, aiming at the construction of a space in line with your identity. Still, we try to deepen the discussion about miscegenation, which was very well developed in Munanga's work, seeking to reveal what is at the base of the strongly ideological construction of the myth of racial democracy, in the debate about

¹ Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Diretora-Secretária responsável pelas publicações oficiais do Instituto dos Advogados Brasileiros. Editora-Coordenadora da Revista Digital do IAB.



black identity in Brazil, especially regarding thought Brazilian social system. This investigation instigated us to promote a dialogue with authors of seminal importance, such as Mannheim - as a classic reference in the sociology of knowledge -, Bauman and Stuart Hall, both theorists aware of the complexity of the ways of safeguarding cultural identity in the postmodern conjuncture.

KEYWORDS: black identity; Brazilian identity; ethnic diversity, racism, the myth of racial democracy; money laundering ideology.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. O SILENCIAMENTO SOBRE A DIÁSPORA NEGRA NO PAÍS. 3. A MISTIÇAGEM COMO SÍMBOLO DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE BRASILEIRA. 3.1 A construção de uma ideologia étnico-racial no pensamento ocidental. 3.2 A ideologia do branqueamento: desconstruindo o mito da democracia racial brasileira. 4. EM BUSCA DE UMA UNIDADE PLURIRRACIAL E PLURICULTURAL BRASILEIRA: O RESGATE DA IDENTIDADE NEGRA. 4.1 A invisibilidade de um espaço identitário dos negros brasileiros. 4.2 A ideologia do branqueamento e seu efeito na sociedade brasileira: ambiguidade cor/classe social e o racismo de marca. 4.3 Encaminhando algumas conclusões. 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS. REFERÊNCIAS.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade lançar luzes sobre o processo de formação de uma identidade negra no Brasil, realizando um esforço de compreender as bases históricas e antropológicas que fundamentaram o pensamento social brasileiro.

Nessa perspectiva de investigação, revelou-se decisiva a indicação pela Professora Denise Barata de dois autores de diferente formação: o livro organizado por Linda Heywood² e também o de autoria de Kabengele Munanga³. O conhecimento científico dessas produções acadêmicas mais voltadas à compreensão da temática em nosso país tornou-se possível em razão das leituras e estudos mais pontuais realizados no transcorrer da disciplina: “Cultura

² HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. Tradução Ingrid d Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2009.

³ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.



Negra e Identidade Nacional”, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ – PPFH.

Procuramos sublinhar, no início da reflexão, a importância do que representou a diáspora negra no Brasil. Houve um empenho em abordarmos este tema não somente em uma perspectiva historiográfica dos africanos trazidos da África Central para a América, ligada às análises demográficas, porque durante muito tempo foram omitidos os aspectos etnográficos e antropológicos sobre o tráfico de escravos negros. Contudo, o principal objetivo, neste trabalho, é reconstruir o legado e elucidar a dimensão das práticas culturais dos africanos, visando à construção de um espaço de identidade; os integrantes desses povos foram brutalmente retirados de suas terras para ser escravizados na América, demonstrando o quanto oportunamente foram omitidos esses conhecimentos em torno do tema.

Em seguida, procedemos a uma leitura mais verticalizada do trabalho de Munanga a respeito da mestiçagem, procurando desvelar o que se encontra na base da construção fortemente ideológica do mito da democracia racial.

A reflexão mais contundente que foi possível reproduzir permitiu-nos revisitar temas como a construção da identidade, identidade negra, identidade brasileira, diversidade étnica, racismo, ideologia do branqueamento no Brasil entre outros. A temática correspondente à ideologia do branqueamento, muito bem discutida na obra de Munanga, foi abordada, de maneira provocativa, nas aulas da Professora Denise Barata, com uma atenção mais voltada para a esfera cultural da música brasileira; no entanto, essa temática que alcançou um lugar de destaque no pensamento social brasileiro, também pode ser assinalada no domínio das artes plásticas nacionais.

Cabe aqui salientar, como uma espécie de descoberta pessoal realizada após a própria pesquisa base que resultou neste trabalho, a relevância da tela de Modesto Brocos,⁴ premiada em 1895, com medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes, intitulada “A Redenção de Cam”, posta em destaque no anexo final do presente trabalho. Importa registrar que a criança branca, que ocupa o centro da tela, e para a qual convergem os olhares do pai branco e da mãe mestiça, expressa uma espécie de vitória da “raça” pensada como superior e resultante de um processo de “purificação”; por sua vez, a figura da negra, que aparece à esquerda, se apresenta como o lugar de **origem** apontado pela mãe à criança. A ideologia do branqueamento se

⁴A Redenção de Cam. In: ENCICLOPÉDIA. **A Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>> Acesso em: 16 de setembro de 2019.



insinua nessa pintura como suporte de legitimação de um projeto político que aposta na exclusão da presença dos negros na constituição da sociedade brasileira, naquele momento inicial de sua história republicana.

Por fim, nos concentramos na discussão sobre identidade negra no Brasil – abrindo essa investigação por um diálogo com alguns autores de importância seminal, como Mannheim – na qualidade de referência clássica da sociologia do conhecimento -, Bauman e Stuart Hall, ambos os teóricos muito atentos à complexidade dos modos de salvaguardar a identidade cultural na conjuntura pós-moderna – e tentamos situar alguns caminhos que contemplam a necessidade de se alcançar em nosso país uma determinada unidade plurirracial (multiétnica) e pluricultural. Estudo esse que vai abrir espaço para outros questionamentos sobre a cultura negra e o processo de configuração não homogeneizadora de uma identidade nacional.

2. O SILENCIAMENTO SOBRE A DIÁSPORA NEGRA NO PAÍS

No presente estudo, em que pretendemos desenvolver uma reflexão contemporânea sobre o racismo em nosso país, não podemos deixar de contextualizar, logo no início, a relevância da diáspora negra no processo de constituição de uma sociedade multinacional e pluriétnica no país.

O livro organizado por Linda Heywood cujo título é *Diáspora Negra no Brasil*⁵ - em inglês, *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora* -, que foi oportunamente adotado pela Professora Denise Barata na disciplina “Cultura Negra, Memória e Identidade Nacional”, apresenta-se como uma obra que tem por meta resgatar não somente as origens dos escravizados, mas também as identidades trazidas e/ou criadas pelos africanos, além de aprofundar o conceito de “diáspora” como essencial para esse debate. De fato, esse acontecimento especificamente multifacetado originou o fenômeno histórico e sociocultural da escravatura negra brasileira.

A palavra diáspora foi originalmente usada no Antigo Testamento para designar a dispersão dos judeus de Israel para o mundo. Recentemente, tem se aplicado o mesmo vocábulo por analogia aos movimentos dos povos africanos e afrodescendentes identificáveis no continente negro ou fora dele. A diáspora traz em si a idéia do deslocamento que pode ser

⁵ HEYWOOD, Linda M. **Diáspora negra no Brasil**. Tradução Ingrid d Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2009.



forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais.

A obra em questão apresenta um conjunto de artigos que compreende desde a utilização de dados demográficos para melhor compreensão do funcionamento do comércio de escravos, as descrições analíticas da exploração do universo cultural, permitindo que pudéssemos entender melhor a situação dos escravos originários da África Central, suas formas de organização e, sobretudo, de resistência construída no outro lado do Atlântico. O livro conta com a contribuição da própria Linda Heywood, que se juntou aos trabalhos de importantes pesquisadores como Joseph Miller e John Thornton, e Mary Karasch e Robert Slenes.

Nessa coletânea, os autores se debruçaram sobre o principal questionamento acerca da historiografia da diáspora africana na América e, especialmente, a respeito das excessivas evidências sobre a cultura dos africanos da região ocidental da África “do que as não tão visíveis da África Central”⁶, como se esses significassem maior representação da cultura africana na América. Conforme assevera Linda Heywood: “Este livro é uma espécie de correção desse tipo de negligência, na medida em que mostra a presença cultural precoce e contínua de centro africano na diáspora americana”⁷. Adiante, ainda, ela conclui: “O interesse geral e o conhecimento da história e do impacto cultural dos centro-africanos na diáspora está muito aquém do dedicado à África Ocidental”⁸

Segundo Joseph Miller, apesar dessa pouca atenção quanto à importância dos centro-africanos nas pesquisas históricas, eles corresponderam aproximadamente a 45% dos africanos escravizados enviados para a América – cabendo frisar que entre 1600 e 1650, os escravizados da África central representaram mais de 92% das importações americanas de escravos⁹. Portanto, o trabalho desses renomados pesquisadores de cunho internacional foi fundamental para que se reconhecesse a importância dos centro-africanos na construção da identidade afro-americana, quando analisam a história da interseção de sua cultura durante a diáspora negra.

⁶ Ob. Cit. p. 17.

⁷ Ibidem, p. 12.

⁸ Ibidem, p. 18.

⁹ MILLER, Joseph. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: **Diáspora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 78-79.



No artigo “África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850”, o pesquisador Joseph Miller apresenta um cenário do tráfico de escravizados na África central, apontando que a origem linguística comum, uma intimidade com a cultura europeia e um “pragmatismo cultural” foram circunstâncias que garantiram uma integração dos africanos centro-ocidentais nas Américas, construindo identidades que mudavam constantemente “conforme lutavam para encontrar um lugar para si na escalada para obter vantagens ou, para as vítimas, simplesmente sobreviver”¹⁰

Por seu turno, a exposição feita por John Thornton, intitulada “Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700”, reforça exatamente essa conjectura. John Thornton é um importante africanista e, em seu estudo, analisa as práticas religiosas dos africanos centro-ocidentais e as suas transformações com a difusão do cristianismo. Para o autor, a prática sincrética do catolicismo não teria simplesmente nascido na América e, segundo ele afirma, haveria a existência de uma base comum cristã pan-atlântica derivada da África.¹¹

Linda Heywood, organizadora do livro, retoma esse argumento no seu artigo “De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”. Conforme examina a autora, “os escravizados que chegaram à América levaram elementos desse catolicismo centro-africano com eles, e essas práticas acabaram passando por novas transformações ao se tornarem parte da diáspora americana”¹². O exemplo do caso de Luiza Pinto registrado por Linda Heywood é emblemático. Presa pela Inquisição em 1743, após 30 anos de atividades curandeiras no Brasil, Luiza teria sido aprendida em Luanda por “curar pessoas com a combinação de rituais católicos com raízes africanas. Seu repertório incluía também adivinhação e contato com o ‘outro mundo’”¹³. Luiza foi escravizada na África central e vendida em Sabará, Minas Gerais, uma região marcada pela significativa presença de africanos, principalmente entre os anos de 1734 e 1773.

Desse ponto de vista, a autora explica que o “processo de interpenetração religiosa” estava presente em outros setores da cultura centro-africana, caracterizando as relações afro-

¹⁰ Ibidem, p. 75.

¹¹ THORNTON, John. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700. In: **Diáspora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 59.

¹² HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: **Diáspora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 112.

¹³ Ibidem, p. 123.



portuguesas no século XVIII, pois era evidente o processo de criouliização vivenciado pelos portugueses no reino de Angola e no Reino de Benguela. As relações sexuais existentes entre os europeus e as africanas confirmam tal alegação, considerando o aumento da população afro-lusitana à época. A interpenetração entre esses dois grupos causou reflexos também na esfera cultural. As práticas, os rituais religiosos, a língua, a culinária, a dança, a música, assim como as outras expressões culturais, refletiram esse processo de criouliização, que se tornou evidente aos olhos das autoridades de caráter secular e religioso da época. O objetivo desse capítulo de Heywood é demonstrar que o processo de criouliização ocorreu sob a forma de mão-dupla. Por um lado, surtiu efeito sobre a cultura e os povos africanos e também ocasionou a africanização dos colonizadores de origem portuguesa.¹⁴

Há inclusive divergências nesse debate sobre a gestação de uma “cultura crioula atlântica” (transformações culturais) tanto com ênfase nas Américas como no próprio continente africano conforme reconhece Linda Heywood. Trata-se de um debate com vários e intermináveis tópicos onde se discutem os processos históricos de formação (estrutural e conjuntural) da cultura afro-americana a partir de experiências locais nas Américas e na África. Assim, tanto africanos poderiam *criouli-zar* outros africanos e aqueles nascidos nas Américas, como os descendentes da diáspora poderiam *reafricanizar* aqueles chegados ao tráfico atlântico.¹⁵

Em outro trabalho, “Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835”¹⁶, a historiadora Mary Karasch analisa a sociedade mineradora na América portuguesa: a capitania de Goiás. Ainda, nesse estudo se propõe a explicar o processo de formação do quilombo de Kalunga, localizado no atual estado de Goiás, que na sua origem buscava a exploração do ouro. Logo, os africanos eram enviados para as minas de ouro da capitania. Registre-se, ainda, que a autora traça um retrato do quilombo do Kalunga e de seus habitantes, confrontando os dados obtidos com os de outras regiões do país, tomando por base documentos oficiais portugueses correspondentes ao final do período colonial e aos anos iniciais do Império (1780-1835).

Por outro lado, Mary Karasch revela como esses africanos tiveram uma participação fundamental na construção da cultura afro-brasileira no país em sua região central. As

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ KARASCH, Mary. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: **Diáspora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 127-164.



informações e os dados apresentados pela autora em Goiás podem ser explicados como uma espécie de microcosmos do Brasil em relação à estrutura de escravizados africanos. Por exemplo, na região mais ao norte, pode-se observar uma concentração maior de escravizados ocidentais, enquanto na região sul a percentagem de centro-africanos era maior. Em suma, mesmo com uma presença muito maior, em termos demográficos, nos territórios mais ao sul do Brasil, os africanos centro-africanos foram fundamentais na formação de uma religiosidade afro-brasileira, de matriz católica, assinalada em todas as regiões do país.¹⁷

Nesse contexto, a historiadora Elizabeth Kiddy, em seu estudo “Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil”, ressalta que:

Os africanos também formaram irmandades religiosas em São Tomé, no reino do Congo e em Angola, demonstrando que o impulso para a criação de irmandades negras no Brasil pode ter vindo também dos próprios africanos escravizados, e não apenas de ordens religiosas ansiosas por catequizar a população escrava. A familiaridade dos centro-africanos com os símbolos, rituais e organizações católicas, combinada com uma crença na estrutura hierárquica da sociedade e no papel ritual dos reis, fez das irmandades religiosas leigas um lugar ideal para recriar uma comunidade africana no Brasil.¹⁸

Por sua vez, Elizabeth W. Kiddy, nesse estudo, prossegue na discussão, trazendo questões que norteiam a produção historiográfica sobre o assunto. Assinala a autora as posições adotadas pelo antropólogo Sidney Mintz e pelo historiador John K. Thornton e Linda Heywood, em seus respectivos nos capítulos afirmam que por volta do século XVIII a cultura centro-africana já se conjugava com a cultura europeia. Portanto, a chegada de centro-africanos escravizados no Brasil representou a continuação de um processo de combinação cultural, ressaltando que nesse fenômeno ocorrera tão-somente uma adaptação. Ainda, perfazendo um debate de cunho historiográfico, comenta a ausência de clareza em alguns trabalhos onde o termo reinos negros é empregado como sinônimo de reis do Congo. A partir do final do século XVIII, os reis negros começaram a se denominar Reis do Congo. Nesse sentido, perdeu-se o sentido étnico e o termo passou a ser utilizado por todo e qualquer líder de uma comunidade onde estivessem presentes escravos e libertos.

¹⁷ KARASCH, *Ibidem*, 2009, p. 149.

¹⁸ KIDDY, Elizabeth. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 170.



Nesses espaços, o legado centro-ocidental foi transformado, na medida em que reis e rainhas africanos representaram líderes, inclusive de comunidades quilombolas. Dessa forma, o que podemos inferir com esse e os outros exemplos apresentados ao longo do livro é que os escravizados africanos de uma mesma origem (cuja identidade pode ter sido construída ou simplesmente consolidada na América), na vivência de sua cultura (agora afro-americana), agiram historicamente, e transformaram os espaços e as relações às quais estavam submetidos.

É exatamente nessa conjuntura que Robert Slenes aprofunda, em seu trabalho “A grande greve do crânio do tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”, mais os aspectos da cultura centro-africana. O fio metodológico utilizado pelo autor é uma demonstração da necessidade de se examinarem os pressupostos culturais comuns para se entenderem comportamentos coletivos de interpretação histórica a partir de um relato etnográfico feito por John Luccock, mercador e naturalista inglês que desembarcou no Brasil no início do século XIX.

Luccock protagonizou um pequeno motim no navio que o levava a uma expedição pela baía de Guanabara. A tripulação do barco, composta por escravizados africanos, simplesmente parou de trabalhar, e a única explicação que o naturalista inglês conseguiu encontrar para a pequena insurreição foi a superstição dos negros. De acordo com o relato, tudo teria começado quando foi coletado, durante a expedição, um crânio de tucuxi – uma espécie de golfinho. Esse “objeto” teria causado um mal-estar entre os tripulantes, que pediram para retirá-lo do barco.

No texto Robert Slenes analisa esse evento, buscando compreender os símbolos e as metáforas que estão por trás do comportamento dos escravizados. O caso que foi testemunhado por Luccock e todos os outros episódios da história, que sinalizam a presença africana no Brasil, apontam para o fato de que o senso comum parece ter descoberto a África na América, usando essa descoberta como base para objeto da ação. Exatamente é essa constatação que se evidencia ao se estudarem os casos dos centro-africanos, pois devido a uma série de características comuns, apontadas ao longo do livro, “esses povos tenderam a superar possíveis hostilidades entre si e descobrir uma identidade comum”¹⁹

¹⁹ SLENES, Robert. A grande greve do crânio do tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro. In: **Díaspóra negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 200.



A obra “Diáspora Negra no Brasil” constitui um denso estudo para a historiografia brasileira, dialogando com diferentes domínios, tais como: linguística comparativa, religião, política, reprodução e utilização do corpo, músicas e manifestações artísticas de origem africana. Além disso, os autores destacam a importância dos africanos da região central na construção de uma identidade nacional, pois, como já mencionado, apesar de eles corresponderem a uma parcela significativa da população escravizada de origem africana na América, nunca tiveram a atenção devida por parte dos pesquisadores. Após a análise de cada trabalho incluído no livro organizado por Linda Heywood, compreendemos com bastante clareza que, em diversos espaços e momentos distintos, a cultura dos africanos localizados na região central da África mostra-se como um elemento definitivo e, sobretudo, determinante, dando um sentido absoluto e especial que permitiu o desenvolvimento da experiência diaspórica negra no Brasil.

3. A MESTIÇAGEM COMO SÍMBOLO DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE BRASILEIRA

Procuraremos analisar a importância da mestiçagem para formação de uma identidade nacional, buscando compreender os efeitos das ambiguidades desveladas no enfoque desse tema. Para assumir esse desafio, procuraremos abordar as propostas trazidas no livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* do professor Kabengele Munanga²⁰, uma importante referência no âmbito dos estudos sobre relações raciais no Brasil; ele se esforçou por debater as especificidades desse problema no contexto brasileiro.

A obra discute o conceito e a história da mestiçagem, buscando desfazer as ambiguidades e propondo, além dos caracteres biológicos, um olhar sobre os fatores sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos relacionados a essa questão. Ao tratar da mestiçagem como símbolo da identidade brasileira, Munanga dedica-se ao tema no contexto histórico da humanidade, nas ideologias atribuídas à mestiçagem e, também, enquanto fenômeno brasileiro. Trata-se de um livro fundamental para professores, educadores,

²⁰ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Kabengele Munanga nasceu na República Democrática do Congo (antigo Zaire), em 1942, e naturalizou-se brasileiro aos 43 anos. É Professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, onde se doutorou em 1977, realiza pesquisas nas áreas de Antropologia África na e Antropologia da População Afro-Brasileira. Escreveu, entre outras obras, **Negritude: usos e sentidos** (1986) e **Estratégias e Políticas de combate à discriminação racial** (1996).



historiadores, antropólogos, pesquisadores e demais interessados em se aprofundar no estudo sobre os modos como se dão as relações interétnicas no Brasil, fenômeno esse que tem repercussão em todas as esferas - sejam essas econômicas, sociais, políticas ou culturais.

Em suma, a obra, para além de questões acadêmicas de resgate histórico, consolida e reúne importantes reflexões acerca da constituição da identidade negra, especialmente a necessidade de se pensar a constituição mestiça da nação brasileira na formação da cultura nacional.

3.1 A construção de uma ideologia étnico-racial no pensamento ocidental

Como já mencionado, nesse livro o antropólogo Kabengele Munanga analisa, através do enfoque de pensamentos de notáveis autores em diversos campos do conhecimento, os efeitos da mestiçagem e suas consequências para a construção da identidade brasileira e sua relação com a formação de uma identidade nacional ²¹. Ele demonstra como inúmeros autores europeus considerados clássicos e inatacáveis em nossos currículos defenderam as teorias racistas. Além disso, discute o conceito, a história da mestiçagem no Brasil e nos Estados Unidos, ainda analisa as ideologias defendidas por intelectuais que marcaram a discussão sobre as relações raciais em ambos os países. Ao tratar da mestiçagem na história do pensamento, o autor reflete sobre como os filósofos do iluminismo conceituavam o mestiço. Conforme salienta Malunga, Voltaire, Julien Offray de la Mittrie, Maupertius, Buffon, Kant e Edward Long, consideravam o mestiço um ser anômalo incapaz ou degenerado.

Também, segundo Munanga, para os estudiosos do século das luzes o saber ocidental não alcançou qualquer progresso sobre a mestiçagem até a segunda metade do século XIX, porque basicamente o tema se restringia às leis da hereditariedade. Posteriormente, estas assumiram aspectos políticos, porquanto: “Os frutos da mestiçagem, antes objeto da história natural, estavam se transformando em sujeitos da história civil.” ²²

Além disso, o autor procura frisar que, para os doutrinadores do racismo, o desenvolvimento das culturas dependia da pureza da raça em uma perspectiva histórica no século XIX e XX. Nos escritos de autores que partilham do pensamento da Ku-klux-kan, a tese defendida é a de que a futura população americana resultante do cruzamento com os elementos estrangeiros perderá o caráter harmonioso e estável que possuía até então. Alguns

²¹ Utiliza-se o termo “identidade nacional” entre aspas por considerarmos que a construção desta no Brasil foi elaborada por uma elite intelectual, política e socialmente engajada que privilegiava as teorias raciais europeias para legitimar a hegemonia da raça branca sobre as demais.

²² *Ibide*, p. 37.



desses autores afirmaram que tal desarmonia daria origem a todos os tipos de males sociais e de imoralidade, tais como os abusos do álcool e tabaco, a falta de religião, a pressa descontrolada, a pornografia, a irritabilidade excessiva, dentre outros.²³

O autor revela, por fim, como a mestiçagem racial foi considerada como uma ideologia nazista ou colonialista nos anos trinta do século XX. A primeira, com base na teoria racial de Hitler, teve como consequência “a esterilização forçada desde 1933 de todos os mestiços nascidos na Alemanha das relações entre negros e brancos, em particular os mais de 900 atiradores senegaleses, magrebinos e malgaches estabelecidos após a primeira guerra na margem esquerda do Reno.”²⁴ Também, na França houve a disseminação de uma ideologia de mestiçagem colonialista de cunho estritamente político e pedagógico, a partir de 1936. Essa ideologia denominada “‘mestiçagem cultural’, então designada também de ‘síntese cultural’ e de ‘cultura euro-africana’, provocou uma grande reação dos sujeitos da mestiçagem, isto é, a primeira geração de intelectuais, educadores e funcionários africanos.”²⁵

3.2 A ideologia do branqueamento: desconstruindo o mito da democracia racial brasileira

Buscaremos tecer um breve comentário sobre a formação da ideologia do branqueamento no pensamento social brasileiro, e o modo como esse discurso contribuiu para a construção do “mito da democracia racial brasileira”.²⁶ Julgamos fundamental o diálogo com o professor Kabengele Munanga, que veio a refletir sobre as principais ideias disseminadas pelos intelectuais brasileiros no capítulo intitulado: “A mestiçagem no pensamento brasileiro”.²⁷

Nesse estudo, Munanga examina o tema da mestiçagem, que ganhou maior visibilidade, após a abolição da escravidão, com ênfase na construção de uma identidade nacional. O autor afirma que os intelectuais, desde a primeira República, influenciados pelo

²³ Ibidem, p. 40.

²⁴ Ibidem, p. 45.

²⁵ Ibidem, p. 46.

²⁶ A hipótese de democracia racial passou a ser criticada e refutada com alguns estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto UNESCO, sobre as relações raciais no Brasil e, com mais veemência, por Florestan Fernandes em estudos subsequentes. Para Fernandes, a democracia racial brasileira não passa de um mito. Cf. FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

²⁷ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 50-83.



determinismo biológico, “acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço”.²⁸

Ao abordarem a questão da mestiçagem enfrentada no final do século XIX, os pensadores brasileiros tomaram o pensamento dos cientistas ocidentais como referência, isto é, os europeus e americanos de sua época e da época anterior. O fim do sistema escravista em 1888, conforme assinala o autor aqui examinado, coloca para os pensadores brasileiros uma questão até então crucial: a construção de uma nação e a formação de uma identidade nacional. Toda a preocupação da elite ancorada nas teorias racistas da época diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança “inferior” do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira.²⁹

O século XIX foi marcado pela propagação de teorias racistas que foram utilizadas para legitimar a escravidão, o genocídio contra os negros e as diversas formas de dominação que passaram toda a história da humanidade. No Brasil, desde o final do século XIX até meados do século XX, a elite política e intelectual esteve profundamente preocupada com a formação do povo brasileiro. Nesse período produziram-se discursos paradoxais sobre a miscigenação, ora designando-a como vilã e contrária ao progresso nacional, além de sinônimo de degeneração de um povo; ora aclamando-a como solução para tornar sempre a população brasileira mais clara possível, ao tentar aproximar ao máximo da raça ariana, visando atender a uma escala superior. Posteriormente, o discurso sobre a miscigenação assume nova formação, passando a ser o principal mecanismo de um processo que resultaria numa falaciosa democracia racial, um motivo de orgulho nacional diante do cenário mundial repleto de conflitos interraciais.

Com relação aos intelectuais brasileiros, Munanga destaca o pensamento dos seguintes autores: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana e Gilberto Freyre. Muitos deles, com raras exceções, estavam profundamente influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início do século XX e acreditavam na inferioridade das raças não-brancas, principalmente, a negra. A propósito, vale transcrever a conclusão de Munanga: “O negro era o componente da raça inferior. Na tríade da mestiçagem, o português, apesar de demonstrar que já era mestiço, não deixa de ser a raça superior, aristocrática”³⁰. Nesse debate

²⁸ Ibidem, p. 52.

²⁹ Ibidem, p. 51.

³⁰ Ibidem, p. 56.



intelectual nacional, como já mencionado, buscou-se fundamentalmente compreender como se poderia converter essa pluralidade de raças e mesclas, ainda de culturas e valores civilizatórios tão diferentes e, também, de identidades tão diversas, numa única nação – em síntese, em uma “identidade nacional”.³¹

Dentre os intelectuais que disseminavam ideias pessimistas em relação ao futuro da nação alicerçado na mestiçagem, destaca-se Nina Rodrigues - que considerava os negros e índios como incapazes, cuja responsabilidade penal deveria se atenuada, adotando uma concepção de diferenciação na legislação penal brasileira quanto à raça branca superior.³² Em relação aos mestiços, importar sublimar que Nina Rodrigues vai classificá-los em três categorias: “o mestiço tipo superior, inteiramente responsável; o mestiço degenerado, parcial e totalmente irresponsável; o mestiço instável, igual ao negro e ao índio, a quem se poderia atribuir apenas uma responsabilidade atenuada.”³³ Para Euclides da Cunha “o mestiço, traço de união entre raças,” era quase sempre um desequilibrado, decaído, sem a energia física dos ancestrais selvagens (negros) e sem a atitude intelectual da raça “superior” (branca)³⁴. Ambos consideravam o mestiço um degenerado, física e culturalmente.

O importante a ser destacado, nesse estudo de Munanga, é a compreensão de como se formou o discurso de uma democracia racial no Brasil. Esse foi disseminado principalmente pelo escritor Gilberto Freyre. Embora este não tenha adotado o conceito da democracia racial em seus escritos, foi ele quem provocou a discussão acadêmica sobre esse tema, com sua obra *Casa-grande e senzala*.³⁵ Além disso, o seu discurso se tornou uma referência de um ideal de relação interracial, a partir do século XX, já que inspirava a imagem de uma falsa democracia racial num contexto mundial de guerra em que o racismo foi o elemento determinante de batalhas ideológicas, militares e civis.

Em seu clássico livro, Gilberto Freyre estabeleceu as bases para a consolidação da ideia de um padrão supostamente harmônico das interações raciais no país. Além disso, tentou romper com a ideologia racial discriminatória prevalente, considerando com otimismo a mestiçagem brasileira³⁶, que, ao contrário do sustentado por Nina Rodrigues e outros, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem

³¹ Ibidem, p. 48.

³² Ibidem, p. 56.

³³ Ibidem, p. 56.

³⁴ Ibidem, p. 57.

³⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

³⁶ MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 79.



num valor positivo e não negativo sob o aspecto da degenerência, Freire desloca a discussão do conceito biológico e de raça para o eixo cultural.³⁷ Nesse sentido, afirma Munanga:

[...] o autor de *Casa-grande e senzala* permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural.³⁸

Assim, desse discurso baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias fez surgir o “mito da democracia racial”, tendo havido uma penetração profunda na sociedade brasileira, pois, segundo Freire, a miscigenação teria gerado um povo sem preconceito. Finalmente, conclui Munanga que o “mito da democracia racial”

[...] exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão de que são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes.³⁹

4. EM BUSCA DE UMA UNIDADE PLURIRRACIAL E PLURICULTURAL BRASILEIRA: O RESGATE DA IDENTIDADE NEGRA

Neste trabalho usaremos a expressão identidade negra entre aspas, por conta do reconhecimento de que o estudo do termo não representa uma categoria fixa, mas diz respeito a um processo identitário.

O termo identidade vem sendo amplamente discutido na sociologia, filosofia e também na antropologia.⁴⁰ Mas, afinal, o que é identidade? Como ela se constitui? É

³⁷ Ibidem, p. 78.

³⁸ Ibidem, p. 79.

³⁹ Ibidem, p. 80.

⁴⁰ Para a sociologia, identidade é o compartilhar de várias ideias e ideais de um determinado grupo. Alguns autores, como Karl Mannheim, elaboram um conceito em que o indivíduo forma sua personalidade, mas também a recebe do meio onde realiza sua interação social. Na antropologia, a identidade consiste na soma nunca concluída de um aglomerado de signos, referências e influências que definem o entendimento relacional de determinada entidade, humana ou não humana, percebida por contraste, ou seja, pela diferença ante as outras, por si ou por outrem. Portanto, identidade está sempre relacionada à ideia de alteridade, ou seja, é necessário



constituída por si só ou por meio da sociedade? É construída pelas mediações das tecnologias da comunicação e/ou relações sociais? Alguns autores e pesquisadores têm-se dedicado à conceituação e às reflexões sobre o termo identidade. A identidade pode ser interpretada de várias maneiras, seguindo os pressupostos teóricos e reflexões paradoxalmente enfatizadas por cada indivíduo e sua complexidade subjetiva.

Bauman argumenta que a construção da identidade é assumida de forma experimental infundável⁴¹. Segundo Stuart Hall⁴², a identidade é uma categoria móvel; por isso, ele sugere o uso da expressão identificação por ser passível de mudança e transformação, para o entendimento das representações que constroem e modificam as culturas e os espaços. Ainda, para o autor, as identidades culturais na pós-modernidade são fragmentadas em função de ela estar relacionada com “Modernidade Tardia”, isto é, com o processo de mudança social, caracterizado pela globalização e pelo impacto sobre a identidade cultural.⁴³ No mesmo sentido, para Muniz Sodré:

Identidade é de fato algo implícito em qualquer representação que fazemos de nós mesmos. Na prática, é aquilo de que nos lembramos. A representação determina a definição que nos damos e o lugar que ocupamos dentro de um certo sistema de relações. O *idem* latino faz referência à igualdade ou à estabilidade das representações, possibilitadas pela orem simbólica e pela linguagem, mas também consigo mesmo. A consciência, enquanto forma simbolicamente determinada, é o lugar de identidade.⁴⁴

A complexidade do tema e sua dinamicidade apresentam-se de forma um tanto controversas, tendo em vista os autores que estudam a sociedade e sua constituição. As reflexões sobre o processo de identidade variam temporalmente, mas o debate acerca da sua constituição está focalizado diante da necessidade de análises sobre a concepção do indivíduo como ser social e como agente de sua própria construção. Por outro lado, também é necessário compreender sua identificação perante a realidade social, e também no que tange às suas relações com a sociedade, o trabalho e as formas de conexão perante o mundo; e, por fim, a

existir o outro e seus caracteres para se definir então por comparação e diferença. Na filosofia, identidade é a relação que cada coisa tem apenas consigo mesma. A noção de identidade faz surgir um número de problemas filosóficos, incluindo a identidade dos indiscerníveis (se x e y gozam do mesmo conjunto de propriedades, trata-se então de coisa única e mesma?) e questões sobre mudança e identidade pessoal através do tempo (quais as condições para que a pessoa x e a pessoa y, esta de um tempo posterior, sejam a mesma pessoa?).

⁴¹ “A construção de identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam” (BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005, p. 91).

⁴² HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 39.

⁴³ *Ibidem*, p. 46.

⁴⁴ SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 35.



maneira pela qual se consideram suas ações no processo de interrelação com o espaço e sua localização. Nesse diapasão, conclui Moniz Sodré:

[...] O pensamento da identidade sempre pressupõe uma estabilidade espacial: em várias línguas, o “eu sou” coincide com “eu estou” (inglês, alemão, francês, e outras). A identidade reflete uma certa opacidade do sujeito ou uma expectativa de fechamento da subjetividade diante das mudanças, mas também diante do “outro” (seja dentro ou fora do grupo). Com a troca do enraizamento espacial pela aceleração temporal (transportes, telecomunicações), a estabilidade identitária perde a força.⁴⁵

4.1 A invisibilidade de um espaço identitário dos negros brasileiros

Na perspectiva deste tópico do nosso trabalho, a “identidade negra” pode ser compreendida como uma forma de estabelecer um sentido de pertencimento ao grupo social negro através de sua história e cultura, apresentando também em sua definição primordial a influência ideológica por interesses políticos e econômicos. Diz Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.”⁴⁶

Por outro lado, outro aspecto importante sobre a construção da “identidade negra” é o fato de que os negros sempre ficaram prejudicados devido às perversas consequências da invisibilidade do racismo e da ideologia do branqueamento. Nesse sentido, a população negra é marcada por estigmas que impactam todas as esferas de sua vida social: trabalho, educação, habitação, representatividade, entre outras. A ideia do que o indivíduo faz de si mesmo, porém, revela-se como um processo igualmente complexo, interior e exterior, no qual a identidade é construída progressivamente, tendo como fio condutor as especificidades sociais, históricas e culturais de determinado grupo social.

No capítulo III sobre “Ambiguidade raça/classe e a mestiçagem como mecanismo de aniquilação da identidade negra e afro-brasileira”, infere que:

⁴⁵ Ibidem, p. 41.

⁴⁶ MUNANGA, Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil, In: SPIK Mary Jane Paris (org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994 p. 177-178.



[...] Nos Estados Unidos, a ideologia racial foi conduzida de maneira a não conceber nenhum lugar a uma pessoa intermediária no esquema biológico. Ou bem uma pessoa era negra ou branca. Uma vez operada essa polarização, deu-se início a uma defesa racional da escravidão, com base na inferioridade racial do negro, livre ou escravo. [...] à ideologia política brasileira faltou ênfase sobre o individual e a definição de liberdade absoluta. Em tal esquema havia lugar para o branco, o preto e o pardo, para o livre, o meio livre e o escravo.⁴⁷

Assim, avalia Munanga que a maioria da população brasileira vive numa “zona vaga flutuante” na qual se constata os efeitos da ideologia do branqueamento ainda muito presente na sociedade e nos movimentos sociais dos negros. Diz ele:

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o "passing" que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indistiguíveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros "puros" caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso abrindo mão da formação de sua identidade de "excluídos"⁴⁸.

No capítulo IV “Mestiçagem contra pluralismo”, destaca Munanga que: “Na década de 70 surgem vozes discordantes, oriundas principalmente do mundo afro-brasileiro, propondo a construção de uma democracia verdadeiramente plurirracial e pluriétnica. O então militante e intelectual negro Abdias do Nascimento se fez porta-voz desse mundo afro-brasileiro.”⁴⁹ Ainda nos elucida o posicionamento desse escritor:

Abdias diz que o Brasil escravocrata herdou de Portugal a sua estrutura patriarcal de família cujo preço foi pago pela mulher negra. Ele considera que o desequilíbrio demográfico entre os sexos durante a escravidão, na proporção de uma mulher para cinco homens, conjugado com a relação assimétrica entre escravos e senhores, levou os últimos a um monopólio sexual de senhor branco. Neste contexto, as escravizadas negras, vítimas fáceis, vulneráveis a qualquer agressão sexual do senhor branco, foram em sua maioria transformadas em prostitutas como meios de renda e impedidas

⁴⁷ MUNANGA. Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.86 .

⁴⁸ Ibidem, p. 88.

⁴⁹ Ibidem, p. 90.



de estabelecer qualquer estrutura familiar estável. Abdias considera absurdo apresentar o mulato que, na sua origem, é o fruto desse covarde cruzamento de sangue, como prova de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. Ele evoca o ditado popular “branca pra casar, negra pra trabalhar, mulata para fornicar” para apoiar a ideia geral que a mulher negra foi prostituída.⁵⁰

Por outro lado, a justificativa segundo a qual não houve cruzamento entre brancos e negros nos Estados Unidos é absolutamente equivocada, e serve apenas para respaldar o discurso ideológico dos defensores da miscigenação brasileira apoiado na defesa do mito de democracia racial que está simbolizada pela interação sexual entre brancos e negros. Segundo dados apresentados na obra de Munanga nenhuma sociedade escravista permaneceu à margem do processo de miscigenação e todas produziram relativamente uma vasta população mestiça.

Assim, resume Munanga: “Para Abdias o branqueamento da raça negra é uma estratégia de genocídio. Esse branqueamento começou pelo estupro da mulher negra e originou os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem de cor.” E, citando textualmente o referido autor, Munanga ainda salienta: “situado no meio do caminho entre a casa-grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante, durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa democracia racial”.⁵¹ Finalmente, conclui:

Os defensores do branqueamento progressivo da população brasileira viam na mestiçagem o primeiro degrau nessa escala. Concentraram nela as esperanças de conjurar a "ameaça racial" representada pelos negros. Viram-na como marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. Embora considerado como ponte étnica entre negro e branco, a qual conduziria à salvação da raça branca, o mulato não goza de um *status* social diferente do negro. Se durante a escravidão os mulatos puderam receber alguns tratamentos privilegiados em relação aos negros, por terem sido filhos dos senhores de engenho, hoje eles são na sua grande maioria filhos e filhas de pais e mães da classe pobre e, portanto, constituem-se na maior vítima da discriminação racial, devida à ambiguidade cor/classe, além de serem mais numerosos que os "negros".⁵²

⁵⁰ Ibidem, 91.

⁵¹ Ibidem, p. 93.

⁵² Ibidem, p. 93.



4.2 A ideologia do branqueamento e seu efeito na sociedade brasileira: ambiguidade cor/classe social e o racismo de marca

A principal consequência dos efeitos da política e ideologia do branqueamento foi a negação da identidade negra de origem africana pelos mestiços brasileiros, o que resultou na falta de unidade e da tomada de “consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social.”⁵³ Com relação a essa problemática, Munanga vai aprofundar a sua compreensão no capítulo V, que trata da “Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira”, destacando que a busca por essa unidade perpassa o resgate da cultura negra e do seu passado histórico e, principalmente, na tomada de consciência política da sua participação na construção de uma sociedade plural brasileira, recuperando sua negritude - na sua complexidade biológica, cultural e ontológica - e sem pretender a inclusão biológica e social do mundo branco.⁵⁴

Munanga irá, nesse capítulo, reconhecer de forma muito clara qual o sistema racista que está enraizado na nossa sociedade e que também permeia o pensamento do antropólogo Darcy Ribeiro⁵⁵. Este último, embora rejeite a tolerância das uniões inter-raciais fruto de uma democracia racial sustentada em Gilberto Freire, acaba por difundir uma ambiguidade cor/classe, como outro aspecto do branqueamento resultante não só da miscigenação, mais, ainda, pela conjugação desse fenômeno com os fatores socioeconômicos e culturais, e que podem ser conferidos nas referências populares: “negros de alma branca”, entre outras. São os negros que ascenderam e passaram a integrar os grupos da mesma classe social e cultural dos brancos.⁵⁶

Desse modo, Darcy Ribeiro não deixa de assimilar em seu livro as contradições da ideologia do branqueamento e do racismo de marca, que mesmo veladamente sempre esteve enraizado na sociedade brasileira, quando sustenta que “os mulatos só progredem na medida em que negam sua negritude e tentam participar biológica e socialmente do mundo do branco.”⁵⁷ Ainda, como ressalta Munanga: “Darcy Ribeiro, coerente na sua definição do atual

⁵³ Ibidem, p. 101.

⁵⁴ Ibidem, p. 102.

⁵⁵ Ibidem, p. 103.

⁵⁶ Ibidem, p. 103: “Para exemplificar este outro aspecto do branqueamento, Darcy relembra o diálogo entre o pintor negro, Santa Rosa, com um jovem, também negro. Ao escutar as queixas desse jovem, candidato a uma carreira diplomática, sobre as barreiras que impedem a ascensão das pessoas de cor, o pintor respondeu comovido: ‘Compreendo perfeitamente seu caso, meu caro, eu também já fui negro’”.

⁵⁷ Ibidem, p. 102.



brasileiro, considera Abdias do Nascimento, seu suplente no Senado, como um mulato, contrariando a própria ideologia deste último, que não se considera como tal”.⁵⁸

Por outro lado, em relação à concepção de um processo de branqueamento Darcy vai substituir “por uma morenização bilateral que se opera tanto pela branquização dos pretos como pela negrização dos brancos.”⁵⁹ Entretanto, ele também acreditava no crescimento da população “com preponderância de pretos e mulatos.”⁶⁰

Nesse sentido, Munanga assevera que no Brasil, mesmo em se tratando de estudiosos, políticos, jornalistas, profissionais das áreas humanas, muitos sustentam o pensamento equivocando de que ‘a discriminação mais importante no Brasil é social’. “Por mais que essas pessoas tentem conscientemente se libertar do mito da “democracia racial”, esse ronda sempre em suas cabeças por causa da ambiguidade cor/classe”.⁶¹

Por outro lado, Munanga vai trazer para o debate uma questão muito importante para a compreensão dessa ambiguidade: a constituição de um racismo de marca que perpassa a sociedade brasileira. Segundo Darcy Ribeiro, a tolerância inter-racial que se estabeleceu foi consequência espontânea da constituição de uma nova e variada etnia brasileira, “um novo modelo de estruturação societária”⁶², que surgiu do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras, daí ela não ter sido vista como crime ou pecado.⁶³ Assim, Darcy Ribeiro se convenceu de que o racismo brasileiro teria sido melhor por não se pautar numa única cor, permitindo “a classificação dos mestiços mais claros na categoria de brancos”.⁶⁴ Nesse sentido, a reflexão crítica do racismo brasileiro apresentada por Darcy Ribeiro que “contrasta para melhor” se sustenta na comparação desenvolvida com os sistemas racistas regidos na África do Sul e no Sul dos Estados Unidos.⁶⁵

Aliás, sobre o tema, valiosas são as reflexões de Oracy Nogueira no livro seu *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem* que distingue o racismo de origem e de marca; para esse cientistas social todos os racismos são abomináveis. Cada um

⁵⁸ Ibidem, p. 102.

⁵⁹ Ibidem, p. 102.

⁶⁰ Ibidem, p. 102.

⁶¹ Ibidem, p. 103.

⁶² Ibidem, p. 99-100. “A ideia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio da supressão das identidades étnicas discrepantes e de opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas inclusive dos movimentos sociais que lutavam para edificar uma sociedade mais aberta e solidária.”

⁶³ Ibidem, p. 103.

⁶⁴ Ibidem, p. 104.

⁶⁵ Ibidem, p. 104



deles tem uma dinâmica particular que conduz a resultados e a consequências diferentes no enfrentamento travado por suas vítimas. Dessa forma, ele define:

O preconceito de origem leva à retenção do grupo racial oprimido de seus membros mais bem-sucedidos com a consequente acumulação, através das gerações, de suas conquistas culturais e patrimoniais; enquanto o de marca condiciona a progressiva incorporação ao grupo racial hegemônico dos mestiços, na medida em que perdem as características do grupo oprimido, com a consequente transferência das conquistas de um grupo para outro (...)

66

Ainda, ao explicitar melhor a diferenciação, Nogueira salienta: "tais consequências – acumulação das conquistas, de um lado, e transferência de outro, intensificação da consciência grupal ou de sua diluição – têm implicação política e pragmática que seria ingenuidade ignorar". Nesse contexto, enfatiza Munanga que nos Estados Unidos, onde o preconceito adotado se funda na origem, a identidade de um indivíduo ou de um grupo será construída com base na ascendência racial fundada no princípio de hipodescendência. No Brasil, onde o racismo está na marca ou na cor, a convergência da miscigenação com a situação sociocultural dos indivíduos, as possibilidades de formar uma identidade coletiva que aglutina "negros" e "mestiços", ambos discriminados e excluídos, ficam prejudicadas." Por isso, explica Munanga:

[...]fica difícil para nós, aceitar a expressão "contrasta para melhor" utilizada por Darcy, expressão que, examinada ao extremo, nos levaria à idéia de que o racismo brasileiro é o melhor, comparativamente aos sistemas odiosos praticados na África do Sul e no Sul dos Estados Unidos. Aqui, seu pensamento contrasta radicalmente com o do seu sucessor e companheiro de Partido, o Senador Abdias do Nascimento, que caracteriza a mestiçagem brasileira como um genocídio deliberado para exterminar fisicamente a população negra, portanto um crime e um "pecado".⁶⁷

Finalmente, precisamos reconhecer que Darcy Ribeiro concorda com as observações apresentadas por Nogueira a respeito de uma ideologia integracionista e assimilativa peculiar ao racismo brasileiro. Darcy Ribeiro acreditava que essa ideologia não conduziria a um branqueamento dos negros, pois "a população brasileira se homogeneizará cada vez mais, fazendo com que, no futuro, se torne ainda mais co-participado por todos os patrimônios

⁶⁶ NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**, Apud MUNANGA, Op. Cit. p. 104.

⁶⁷ Ibidem, p. 104



genético multirracial comum.”⁶⁸ Contudo, sua compreensão no sentido de conferir um valor positivo, conforme é sublimado por Munanga, é uma consequência da aplicação de um sistema racista, o qual, em verdade, não rompe com o discurso ideológico que defende a democracia racial ao escorar o racismo brasileiro numa categoria positiva, como se este pudesse se distanciar de outros tipos de racismos historicamente conhecidos.⁶⁹

Eis, em síntese, o ponto de vista de Munanga, contrariando os argumentos de Darcy Ribeiro:

Como acreditar numa suposta harmonização quando o biológico e o social não se conjugam, porque no Brasil, apesar do conteúdo integrador e assimilacionista defendido por Darcy, os mestiços constituem, pela sua importância numérica, a categoria social mais excluída e mais discriminada? Basta olhar a cor das vítimas do Carandiru, de Vigário Geral e da Favela de Diadema para nos convenceremos disso.

Esses mestiços de hoje constituem a população que mais cresce demograficamente, não são mais filhos naturais dos senhores de engenhos que, segundo estudos anteriores, se beneficiaram de alguma proteção de seus pais. Eles ocupam cada vez mais a posição subalterna do negro, conjugando o critério da cor com o critério econômico.

4.3 Encaminhando algumas conclusões

Sobre o caminho percorrido pelos mestiços brasileiros na constituição da nova etnia brasileira, constatamos que o Brasil é fruto de diversas contribuições culturais, tais como as de negros, índios, europeus e asiáticos que aqui se encontraram, resultando nas mais diversas pluralidades raciais. Entretanto, foi adotado um modelo sincrético (não democrático) e assimilacionista pela elite conservadora do pensamento brasileiro, que procurou assimilar as diversas identidades existentes em construção refletidas hegemonicamente numa visão eurocêntrica. Houve, sem dúvida, uma política de inibição das resistências culturais tanto dos povos indígena e negro como de outros que aqui vieram pela ameaça da força, acabando por integrar as diversas resistências como símbolos da identidade nacional.⁷⁰

Por outro lado, inaugurou-se no pensamento dessa elite conservadora um processo de construção da identidade brasileira, que deveria obedecer à ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento, atingindo individualmente os negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial. A consequência horizontal dessa ideologia resultou, conforme foi possível inferir na falta de unidade e de tomada de uma consciência

⁶⁸ Ibidem, p. 106.

⁶⁹ Ibidem, p. 106.

⁷⁰ Ibidem, p. 101; 107.



coletiva dos negros e afrodescendentes, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social.⁷¹

A identidade brasileira está longe do ideal homogêneo ou pode ser rotulada em termos de pureza. Exemplo dessa assertiva nos apresenta Munanga ao considerar a música baiana (axé music), que é cantada por todos os brasileiros sem discriminação racial. Em sua estrutura, ela contém elementos de outras procedências (jamaicanos, americanos, etc. ..), que até se poderia admitir uma sincronização de identidades. Entretanto, ao contrário, em termos de identidade, trata-se de uma música afro-baiana, fruto da cultura brasileira plural e não sincrética.⁷²

Nesse sentido, constatamos a integração das diversidades ou pluralidades culturais na música brasileira que, no dizer de Munanga, caracteriza o assimilacionismo brasileiro. Essa integração “faz com que a chamada cultura nacional, feita de colcha de retalhos e não de síntese, não impeça a produção cultural das minorias étnicas, apesar da repressão que existiu no passado, mas apenas consiga inibir a expressão política destas enquanto oposição dentro do contexto nacional.”⁷³

A construção dessa identidade dos excluídos passa necessariamente pela tomada de consciência de uma unidade, considerando a perspectiva adotada pelos movimentos políticos dos negros que, ao reverberarem a participação deles da construção não só do Brasil, mas, sobretudo da identidade brasileira; sem dúvida, tal fato é negado e adulterado.

Assim, segundo Munanga, não se pode sustentar que haja uma tomada de consciência de grupos diferenciados, tais como mamelucos, mulatos e outros com identidades individualizada e mestiça que venham a se autoproclamarem como povo brasileiro. Esse processo já nasceria viciado pela ideologia do branqueamento, além da ambiguidade cor/social adotada pelo sistema racista brasileiro. Como pondera esse autor: “Se todos (salvo as minorias étnicas indígenas), negros, mestiços, pardos – aspiram à brancura para fugir das barreiras raciais que impedem sua ascensão socioeconômica e política, como entender que possam construir uma identidade mestiça quando o ideal de todos é branquear cada vez mais para passar à categoria branca?”⁷⁴

Em suma, biológica e sociologicamente, a mestiçagem e a transculturação produzidas entre povos que aqui se encontraram constituem um fato consumado, porém a identidade é um

⁷¹ Ibidem, p.101.

⁷² Ibidem, p. 107-108.

⁷³ Ibidem, p. 108.

⁷⁴ Ibidem, p. 108.



processo sempre a ser acomodado, de acordo com os critérios ideológico-políticos além das relações de poder. Não se pode confundir o fator biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fator transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de construção da identidade cuja essência é fundamentalmente político-ideológica.⁷⁵

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão da obra de Munanga, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, após a análise da produção científica da elite intelectual brasileira do fim do século XIX aos meados do século XX, podemos constatar ter sido construído um modelo racista universalista no contexto brasileiro, consolidando um discurso que fomenta uma invisibilidade do espaço identitário dos negros brasileiros.

Todo esse estudo desenvolvido por Munanga serve de base renovada reflexão sobre as relações raciais neste século XXI. O que se percebe ao longo do livro é que os intelectuais defensores das ideias racistas almejavam um Brasil homogêneo, uma identidade brasileira que fosse representada por apenas uma única etnia: a branca. A diversidade racial e cultural brasileira está longe de ser concebida homogeneamente. Por isso, a discussão proposta por Munanga aponta exatamente o conflito entre a construção da chamada “identidade nacional” e “identidade negra”.

Por outro lado, como já mencionado, os movimentos sociais negros brasileiros nascidos em 1970 vêm ganhando força e voz na sociedade brasileira. No que se refere à importância de construir uma “identidade negra”, entre várias outras demandas, tais movimentos lutam pela reconstrução de sua identidade cultural, que sirvam como base para suas mobilizações políticas. Esse processo identitário contribui amplamente para desencadear o processo de mobilização política do povo negro. Mas, para tanto, é preciso antes desconstruir o ideário do branqueamento que marcou profundamente a cabeça de uma elite pensante brasileira. Ideal esse assimilado individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, e que prossegue permeando as relações sociais com o “mito da democracia racial”.

O texto constitucional vigente tentou responder à demanda histórica de ativistas negros que aproveitaram o momento de abertura democrática para desmitificar a farsa abolição ocorrida em 1888, bem como a democracia racial brasileira. Das Constituições que o Brasil já

⁷⁵ Ibidem, p. 108.



experimentou desde 1824, a Carta Magna de 1988 foi a primeira a incluir o racismo como crime inafiançável, imprescritível e passível de pena.⁷⁶ Entre os princípios fundamentais, a nova Constituição cita a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.⁷⁷ Além disso, devemos ainda ressaltar que a Constituição conhecida como cidadã ainda traz o combate ao racismo entre os princípios das relações internacionais do Brasil e destaca ainda “a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”⁷⁸

Como resultados políticos alcançados com esses movimentos de lutas dos negros, podemos citar a conquista de uma das principais reivindicações, com a promulgação da Lei nº 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares de todos os níveis de ensino e, ainda, o decreto 4887/2003, que regulamenta o reconhecimento e demarcação das terras ocupadas por quilombolas, entre outras. Outro importante passo decisivo a ser considerado ocorreu com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial no Brasil, que implementou a política de cotas nas universidades públicas e nos concursos públicos de nível superior. Sem dúvida, as ações afirmativas representam uma importante ferramenta para a afirmação da “identidade negra”, pois para o ingresso no sistema de cotas é necessário que o indivíduo, mais do que se identificar, também se classifique como negro.

Contudo, não é só no campo da educação que a temática das relações raciais deve se tornar visível. Também nas mais diversas áreas da sociedade esse diálogo deve se tornar amplamente divulgado, especialmente em toda a sociedade civil; apesar da mudança no papel, os negros ainda sofrem racismo e frequentemente se veem em situação de discriminação.

Nesse contexto, é preciso ressaltar que o Brasil é o segundo país que mais promove a desigualdade social por conta do racismo na estrutura da escala mundial, muito embora integre o patamar dos 196 países que se comprometeram a proceder sua erradicação. Por outro lado, já se constatou o contingente de mais 800.00 até junho de 2019 de pessoas segregadas pelo Estado brasileiro, valendo notar que mais da metade, 70%, dessa população é constituída de jovens de 18 a 29 anos, negros e pobres. Além disso, ainda se constata que o nosso sistema

⁷⁶ Artigo 5º, XLII, da Constituição Federal.

⁷⁷ Artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal.

⁷⁸ Artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores, nos incisos XXX e XXXII da Constituição Federal.



carcerário, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça⁷⁹, abrange o terceiro maior índice de encarceramento em nível global, exibindo uma superlotação prisional com déficit superior a 250 mil vagas.

Por outro lado, e acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, divulgada em setembro de do ano passado, 104,2 milhões de brasileiros são pretos e pardos, o que corresponde a mais da metade da população do país (52,9%). A diferença não é apenas numérica: a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que a de um branco, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).⁸⁰

Importante também destacar em nossas conclusões que a questão da negritude passa pelo campo da invisibilidade em diversas profissões como uma herança do sistema racista brasileiro. Nesse contexto, constata-se que mais de 60% dos empregados domésticos são pardos, negros, cafuzos, mulatos, descendentes afro-brasileiros. No jornalismo, por exemplo, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem demonstrando que, desde o início do século XXI, o jornalismo é uma das profissões em que se registrar menor proporção de negros no país. Em 2013, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) realizou o estudo *Características Demográficas e Políticas dos Jornalistas*, verificando que o jornalismo continua sendo uma das profissões com pouca presença de afro-brasileiros. Nesse sentido, Muniz Sodré confirma que: “Quem trabalhou muito tempo na imprensa brasileira sabe que aos negros, quando um ou outro conseguia ser admitido, reservava-se sempre o lugar da “cozinha”, velha gíria jornalística para tarefas que não requeriam visibilidade pública - como diagramação, revisão, copidescagem etc.”⁸¹

Por outro lado, apesar do processo de mobilização do povo negro no Brasil, os movimentos sociais ainda não conseguiram atingir todas as bases populares de forma que pudesse ser assimilado o sentimento de uma identidade coletiva. A noção de identidade coletiva, no âmbito da discussão sobre “identidade negra” está relacionada ao processo de construção identitária efetuado a partir das relações sociais, nas quais os indivíduos se unem

⁷⁹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novos Dados sobre Pessoas Presas no Brasil**. Brasília/Distrito Federal: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.

⁸⁰ CHAGAS, Paulo Victor. **Lei que define crimes de racismo completa 25 anos**. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-05/lei-que-define-crimes-de-racismo-completa-25-anos>. Acesso em: 15 julho 2020.

⁸¹ SODRÉ, Muniz. Mídia e racismo: um pé fora da cozinha. In: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Roseane da Silva. (org.). **Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 174.



com base em elementos comuns, que podem resultar num sentido de pertencimento a com determinado grupo.

Como adverte Munanga, sem a constituição de uma identidade coletiva, não haverá no Brasil uma verdadeira construção da “identidade negra”, pois a maior dificuldade está: [...] “nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX e meados do século XX pela elite brasileira. Essa ideologia, caracterizada, entre outros, pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos.”⁸²

Dessa forma, esse autor aprofunda bem a discussão sobre os fundamentos da invisibilidade do racismo, em seu conteúdo simbólico e político, dentro do contexto atual, que não reivindica uma cultura unificada ou uma identidade homogênea, mas sim compreende o reconhecimento de identidades diversificadas. Esse é um ponto nodal que Munanga põe em destaque em suas observações. Por isso, é que a principal pauta de reivindicação dos movimentos negros contemporâneos deve ser a luta para a construção de uma sociedade que envolva identidades plurais.

Ao se analisarem os principais fundamentos da construção da identidade nacional brasileira, estruturada sobre o ideário do branqueamento e do mito da democracia racial, por intermédio da mestiçagem, conclui-se que essa ideologia, amplamente difundida entre o final do século XIX até meados do século XX, permanece intensamente viva na atualidade, acarretando profundas desvantagens à população negra, sobretudo, no que diz respeito a seu processo de construção de uma identidade coletiva e política.

Vale compreender que a “identidade negra” no Brasil, como um processo identitário peculiar, implica o sujeito assumir-se negro. Sua história perpassa pelo sequestro de seu povo, pela captura, pela violência, por uma identificação deturpada de sua autoimagem, distinguindo-se expressivamente da história dos migrantes europeus, que, por um motivo ou por outro (conjuntura econômica, histórica, etc.), decidiram sair de seus países de origem e vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Embora esses povos, muito provavelmente, tenham sofrido em decorrência de diversas rupturas, a cor de sua pele jamais foi objeto de representações negativas. Em contrapartida, historicamente, ao negro foi atribuída uma identidade negativa, assimilada também pelas próprias vítimas do racismo.

⁸² MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 15.



Conclui-se, assim, que o fato de se tornar negro constitui, na verdade, um árduo processo identitário e de resistência da cultura negra que permanece sempre em construção. Afirmar-se negro, para além de um fato histórico, implica uma tomada de consciência, e esta exige necessariamente e um ininterrupto ativismo político.



REFERÊNCIAS

A Redenção de Cam. In: ENCICLOPÉD.A **Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>> Acessado em: 16 de setembro de 2019.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005, p. 91.

CHAGAS, Paulo Victor. **Lei que define crimes de racismo completa 25 anos**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-05/lei-que-define-crimes-de-racismo-completa-25-anos>. Acesso em: 15 julho 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novos Dados sobre Pessoas Presas no Brasil**. Brasília/Distrito Federal: Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HALL, S. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 39.

HEYWOOD, Linda M. De português a africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, p. 112.

_____. **Diápora negra no Brasil**. Tradução Ingrid d Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2009.

KARASCH, Mary. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 127-164.

KIDDY, Elizabeth. Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 170.

MILLER, Joseph. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 78-79.



MUNANGA, Kabengele .Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil, In: SPIK Mary Jane Paris (org.). **A cidadania em construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994 p. 177-178.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**, Apud MUNANGA, Op. Cit. p. 104.

SLENES, Robert. A grande greve do crânio do tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 200.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros**: Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 35.

_____. Mídia e racismo: um pé fora da cozinha. In: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Roseane da Silva. (org.). **Espelho infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 174.

THORNTON, John. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700. In: **Diápora negra no Brasil**. Org. Linda M. Heywood. Tradução Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito. 1a. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto. 2009, p. 59.

